



## PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2021- MODALIDADE DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2021

INTERESSADO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE FINANÇAS PLANEJAMENTO E UNIDADES DE ALTO GARÇAS - MT

### Ementa:

- I. Direito Administrativo. Inexibilidade de Licitação. Locação de softwares para atender a Secretaria Municipal de Fianças, afim de suprir as necessidades do Setor de Tributos – Licença de Uso – Plataforma para informações geográficas para gestão do ITR – Imposto Territorial Rural;
- II. Prazo 12 (doze) meses;
- III. Empresa Multisig. Certificado de Exclusividade.
- IV. Valor total da locação de softwares de R\$ 15.000,00. Licitações e Contratos. Verificação dos requisitos da Lei nº 8.666/93.

Prezada Comissão Permanente de Licitação,

### I. RELATÓRIO

O parecer objetiva realizar a análise jurídica, relacionado a contratação na modalidade por Inexibilidade de Licitação para aquisição de softwares de engenharia e treinamentos, fez que segundo consta dos autos do **Processo nº 74/2021, Modalidade Inexibilidade nº 11/2021**, faz-se necessário a locação do software, por se tratar de uma



J



empresa exclusiva no que tange o sistema de informações para a gestão de **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)** para atender a demanda do Setor de Tributos local.

Consta do Solicitação de Materiais e/ ou Execução de Obras/Serviços (fls. 01); Termo de Referência (fls. 02 até 09); Extrato de Contratos (fls. 10 até 14); Cartas de Exclusividades (fls. 15 até 50); Atestados (fls. 51 até 56), Notas Fiscais (fls. 57 até 59), Cotação de Preços (fls. 60 até fls. 65); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fls. 66); Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (fls. 67); Certificado de Regularidade do FGTS (fls. 68); Solicitação do Parecer Contábil (fls. 69); Parecer Contábil (fls. 70); Solicitação de Autorização para a Abertura de Licitação (fls. 71); Autorização para a Abertura de Processo Administrativo de Licitação (fls. 72) e Solicitação de Parecer Jurídico (fls. 73).

Este é, em síntese, o relatório.

Manifesto -me, tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

O presente caso parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como se é o caso de Inexibibilidade de licitação, mas esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo finalidade – em termos simplórios – é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.



[assinatura]





PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024

PMAG  
Pto. 96  
Ass. Jm

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Tal princípio – a da licitação -, por ser regra, deve ser lido da forma mais extensível possível, ao passo que a exceções devem ser lidas e interpretadas de forma restritiva. Assim manda a boa hermenêutica por meio do enunciado da interpretação restritiva das regras de exceção (*exceptiones sunt strictissimoe interpretationis*). Na prática: **licitar sempre quando possível, contratar sem licitação somente quando estritamente necessário.**

Entretanto a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

A contratação ora sob análise se amolda à hipótese de Inexibilidade de licitação, eis que se subsume à hipótese do art. 25, I, da Lei nº 8.666/1993.

A inexigibilidade de licitação é utilizada em casos que houver a inviolabilidade de competição, tratando-se de ato vinculado em que a Administração não tem outra escolha, senão contratar, ocasião que a lei de Licitações estabeleceu hipóteses



Ass. Jm





**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



legais em rol exemplificativo, como podemos observar na letra da Lei, ao estabelecer o termo: “em especial”, com posterior apresentação de três hipóteses.

Passando ao estudo da fundamentação legal da Inexibilidade de licitação, prevista no **artigo 25 da Lei de Licitações**, nos deparamos com a seguinte determinação.

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

**I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;**

**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

**III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.**

**§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do**







**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



contrato.

§ 2o Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

A Secretaria de Fianças do Município de Alto Garças - MT informa que a empresa **MULTISIG GEOPROCESSAMENTO LTDA - CNPJ N° 32.234.153/0001-90**, ser única representante do sistema de software responsável e especializada para o fornecimento de plataforma para informações geográficas para a gestão do **IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR)** sendo contratada pela modalidade de *Inexibilidade* por vários órgãos públicos do Estado de Mato Grosso, conforme extratos de contratos anexados aos autos (fls. 10 até 16).

Porém, cabe a Comissão Permanente de Licitação as devidas providências quanto a veracidade da **documentação comprobatória de exclusividade**, este tem sido a orientação do Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 225, vejamos:

**Súmula TCU nº 255- "Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade."**

No mesmo sentido:

**ADMINISTRATIVO. PROJETO DE SÚMULA.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE  
EXCLUSIVIDADE. VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DA**







**DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. DEVER DO AGENTE PÚBLICO. APROVAÇÃO. DETERMINAÇÃO.**

**ARQUIVAMENTO.** - Converte-se em Súmula o entendimento, no âmbito do TCU, no sentido de que, nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade (TCU 01047020094, Relator: JOSÉ JORGE, Data de Julgamento: 31/03/2010).

Assim, inexistente motivo que justifique a realização de um procedimento licitatório.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais *se restringe aos seus aspectos jurídicos*, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Frente às necessidades apresentadas na Justificativa para Contratação dos Serviços, resta, pois, evidente o interesse público na situação, existindo, portanto, justificativa plausível para a aquisição do objeto em questão.

Entendo que a hipótese trazida pelo inciso I, do art. 25 da Lei de Licitações, conquanto não deva ser concebida de modo elástico, pois se trata de exceção à regra da licitação, porém como observado dos autos trata-se de fornecedor exclusivo.

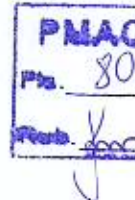
Portanto, vislumbro serem plausíveis os argumentos constantes dos autos, sendo a presente aquisição justificada conforme possibilita o art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.



Ass. Jm



**PREFEITURA  
ALTO GARÇAS - MT  
TEMPO DE CRESCER  
Gestão 2021-2024**



### III – CONCLUSÃO

**Assim sendo**, de posse dos documentos que instruem o parecer havendo previsão legal, entende esta assessoria, que é inexigível a licitação na forma do **artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93**, com a sua devida publicação e providências quanto a veracidade da documentação comprobatória de exclusividade, para a locação de softwares para atender a Secretaria Municipal de Fianças, afim de suprir as necessidades do Setor de Tributos

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças - MT, 21 de junho de 2021.

  
**GISLAINE SARA MOREIRA MORAES MARTINS**  
**OAB/MT 7.062**  
**Assessora Jurídica**

